



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2026

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO:	<i>"Contratação de empresa para fornecimento de Massa asfáltica (CBUQ) FAIXA C e F, para utilização em operações de tapa buraco, impermeabilização de áreas e pavimentações viárias de baixa complexidade, com e sem transporte".</i>
PROCESSO ADMINISTRATIVO	182/2026
VALOR MÁXIMO:	R\$ 2.865.530,00 (dois milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e trinta reais)
TIPO:	Menor Preço
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
DATA DA LICITAÇÃO:	14/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO:	09h00min. HORÁRIO DE BRASÍLIA
LOCAL:	A Sessão Pública de lances será realizada no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC http://www.bnc.org.br
LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:	ATÉ 14/09/2026 ÀS 08h15min. HORÁRIO DE BRASÍLIA

1 - PREÂMBULO

O Município de Itaperuçu, por intermédio do Pregoeira Oficial, LETICIA FERNANDA CAVALLI, em conformidade com a Portaria nº 380/2025 de 09 de maio de 2025, informa que por solicitação da Secretaria Municipal de Obras Públicas, realizará procedimento licitatório para aquisição do objeto abaixo especificado, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 01/2023 e disposições contidas no presente Edital, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que no dia 14/09/2026 às 08h15min, estará abrindo as propostas de preços. E que no dia 14/09/2026 às 09h00min, através do endereço eletrônico <http://www.bnc.org.br>, estará abrindo a sala de disputa para a realização de Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme descrito neste edital e seus anexos.

2 - DO OBJETO



2.1. A presente licitação tem como objeto ***“Contratação de empresa para fornecimento de Massa asfáltica (CBUQ) FAIXA C e F, para utilização em operações de tapa buraco, impermeabilização de áreas e pavimentações viárias de baixa complexidade, com e sem transporte”***, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 DA ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL

I) O produto Concreto Betuminoso Usinado à Quente – Faixa “C e F”, deverá atender as especificações da norma do DNIT 031/2006 ES e suas alterações;

II) A temperatura do CBUQ no local de entrega deverá ser de $165 \pm 5^{\circ}\text{C}$.

2.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.3. O critério de julgamento será o menor preço global do LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

3 - DO VALOR

3.1. O valor máximo aceitável para a contratação do objeto desta licitação é de R\$ 2.865.530,00 (dois milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e trinta reais), conforme tabela constante no anexo II.

LOTE	EXCLUSIVO/AMPLA	VALOR TOTAL DO LOTE
01	AMPLA	R\$ 1.037.710,00
02	AMPLA	R\$ 1.827.820,00

3.2 Da composição de Preço

3.2.1. A tabela a seguir representa os itens elencados da planilha DERPR a fim de compor os

ITEM	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE	CUSTO UNIT.
1	C.B.U.Q NA USINA, EXCL. FORNECE CAP	570130	TONELADA	R\$ 152,69
2	CIMENTO ASFÁLTICO CAP 50/69	170500	TONELADA	R\$ 4.756,10

3	TRANSPORTE DE MASSA A QUENTE COM CAMINHÃO BASCULANTE. (DMT = 40KM)	973000	TONELADA	R\$ 39,57
---	--	--------	----------	--------------

Fonte: DERPR - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - Data Base 08/2025.

DMT = Distância Média de Transporte

3.3. Composição de Custos

3.3.1. Do CBUQ

Método de Cálculo para composição de Preços de CBUQ com e sem transporte.

ITEM	EQUAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	FAIXA C	FAIXA F
A		QUANTIDADE A ADQUIRIR	TONELADA	2000	2000
B		TEOR DE CAP	%	5,50%	6,00%
C	A*B	QUANTIDADE DE CAP	TONELADA	110	120
D	A-C	QUANTIDADE CBUQ	TONELADA	1890	1880
E	I	PREÇO CBUQ	R\$/TON	R\$ 152,69	R\$ 152,69
F	D*E	PREÇO QBUQ TOTAL	R\$	R\$ 288.584,10	R\$ 287.057,20
G	II	PREÇO CAP	R\$/TON	R\$ 4.756,10	4.756,10
H	C*G	PREÇO CAP TOTAL	R\$	R\$ 523.171,00	R\$ 507.732,00
I	F+H	CUSTO TOTAL	R\$	R\$ 811.755,10	R\$ 857.789,20
J	I/A	CUSTO TOTAL POR TONELADA	R\$/TON	R\$ 405,88	R\$ 428,89
K	J+V	CBUQ+TRANSPORTE	R\$/TON	R\$ 445,45	R\$ 468,46

Para avaliação dos Custos foi considerado a planilha DER de agosto de 2025, com desoneração.

4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas pertinentes ao objeto do presente edital correrão à conta da dotação orçamentária

05.002	Departamento de Estradas Vicinais
26.782.0005.2019	Manutenção do Departamento de Estradas Vicinais
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ
05.003	Departamento de Serviços Urbanos



15.452.0004.2020	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ

5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste Edital e seus anexos, pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que estejam, obrigatoriamente, cadastradas no sistema eletrônico utilizado neste processo.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

5.3. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

5.3.1. Empresas suspensas de participar de licitação e impedido de contratar com o Município de Itaperuçu/PR, durante o prazo da sanção aplicada;

5.3.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

5.3.3. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Itaperuçu/PR, durante o prazo da sanção aplicada;

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3.5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

5.3.6. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão ou incorporação;

5.3.7. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a



documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.6. Pela inobservância das regras e exigências estabelecidas neste Edital durante a fase de seleção e anteriormente à formalização do contrato ou instrumento equivalente, o licitante será responsabilizado pelas infrações tipificadas no Art. 155, incisos IV a XII, da Lei nº 14.133/2021.

5.7. Na aplicação das sanções, serão obrigatoriamente considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido (Art. 155, VI) caracterizará descumprimento total da obrigação e o sujeitará às penalidades, além da imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

5.9. A aplicação de qualquer sanção não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, observado o disposto no art. 164, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.4 Os pedidos de esclarecimentos ao Edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro e protocolizados em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, na Avenida Crispim Furquim de Siqueira, nº 1800, Butieirinho, ITAPERUÇU/PR, ou ainda, através do e-mail “ licitacao@itaperucu.pr.gov.br ”.

6.5 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

6.6 Quando a impugnação ao edital DEVERA ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRONICA no endereço eletrônico <http://www.bnc.org.br>,

6.7 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada <http://www.bnc.org.br>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.8 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

6.9 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até (03) três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

7 - DA VISITA TÉCNICA

7.1. A Administração recomenda à Proponente que realize a VISITA TÉCNICA no local a ser entregue a fim de tomar conhecimento de todas as condições existentes, distâncias, acessos e demais implicações inerentes à execução do objeto.

7.2. Caso a Proponente deseje realizar a VISITA TÉCNICA, deverá ser de segunda à sexta-feira, das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, mediante prévio agendamento no setor de Obras Públicas, onde a mesma pode ser agendada pelo telefone (41) 3603-2005 Ramal 238

7.3. Devendo ser lavrada a Declaração de Visita Técnica conforme **MODELO ANEXO VIII** contendo assinatura de servidor responsável por acompanhar a diligência e assinatura do Licitante que realizou a visita técnica.

7.4. Caso a Proponente não deseje realizar a VISITA TÉCNICA deverá apresentar a Declaração de Não Realização de Visita Técnica conforme **MODELO ANEXO IX**, onde a Proponente declara que assumirá integralmente toda a responsabilidade pelas condições de execução do objeto.

8 - CRITÉRIOS DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) – LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N.º 123/2006

8.1. As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.

8.3. Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

8.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, consoante o subitem anterior, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Itaperuçu, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou certidões positivas com efeito de certidão negativa.

8.5. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.4, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9- CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

9.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida através do site <http://www.bnc.org.br>

9.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário e limite estabelecidos. Obs. a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <http://www.bnc.org.br>

9.3 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.5 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, modificada pela Lei Complementar Federal 147/2014 com as alterações e para que essas possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.6 Para maiores informações sobre o credenciamento no sistema eletrônico no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC - <http://www.bnc.org.br> o licitante poderá utilizar os canais de atendimento disponibilizados pelo provedor nos telefones (42) 3026-4570 - WhatsApp (42) 3026-4550 e e-mail: contato@bnc.org.br;

10 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico <http://www.bnc.org.br>, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

10.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

10.4 A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções

10.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.7 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado os prazos.

10.8 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.9 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico <http://www.bnc.org.br> NO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA ELETRONICA NO SISTEMA BNC (Bolsa Nacional de Compras), DEVERÁ SER CADASTRADO O VALOR GLOBAL DE CADA LOTE (SERÁ CONSIDERADO O VALOR CADASTRADO PARA FORNECIMENTO DE TODOS OS ITENS CONTIDOS NO LOTE).

11.2. POSTERIORMENTE, A EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR SERÁ CONVOCADA A ANEXAR NO SISTEMA LICITACOES-E A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA, COM OS PREÇOS UNITÁRIOS READEQUADOS AO VALOR PROPOSTO.

11.3. A proposta deverá conter:

- a) Indicação do “menor valor do lote”, considerando todas as informações deste edital, obrigatoriamente as contidas nos Anexos, para tanto se faz necessário a apresentação dos valores unitários, de cada item, utilizando duas casas decimais.(Exemplo: R\$ 1,00).
- b) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente ao fornecimento dos bens.
- c) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- d) Não deverá conter alternativas de preços ou qualquer condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- e) A proposta comercial deverá estar de acordo com a especificação técnica e a descrição detalhada do produto a ser apresentado, bem como referências e demais características que permitam ao contratante identificar claramente o produto ofertado.
- f) O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.4. No caso de apresentação de proposta com mais de duas casas decimais, as casas excedentes serão desconsideradas, permanecendo a obrigação da proponente pela proposta que resultar da retificação.

12 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 Previamente à etapa de abertura de propostas, o licitante deverá certificar-se de que sua proposta foi inserida ou digitada corretamente no sistema, cuja visualização possa ser realizada tanto pelos demais licitantes como pelo Pregoeiro, a não visualização pelo Pregoeiro, independentemente da razão, será considerada como não inserida, acarretando na desclassificação do licitante;

12.2 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico “BNC (Bolsa Nacional de Compras)”, na data e horário indicados neste edital.

12.3 Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha

12.4 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital

- 12.5 A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 12.6 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro.
- 12.7 Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances
- 12.8 Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico
- 12.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE
- 12.10 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 12.11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.
- 12.12 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 12.13 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 12.14 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 12.15 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

13 – MODO DE DISPUTA

- 13.1. Será adotado para envio de lances o modo de disputa ABERTO, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 13.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

13.3. A etapa de envio de lances na sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.4. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

13.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço

13.7. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

13.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14 - DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

14.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

14.3 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes

14.4 O licitante melhor classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

14.5 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e

no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019; e verificará os documentos de habilitação do licitante, conforme disposições do edital, inseridas na plataforma eletrônica, para comprovar sua regularidade.

14.6 Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

15 - DA HABILITAÇÃO

15.1. Para habilitar-se na presente licitação a proponente deverá inserir os seguintes documentos na plataforma eletrônica do BNC – Bolsa Nacional de Compras, antes da abertura da sessão pública, conforme Decreto Federal 10.024/19, art.19, § II (Tendo em vista que o modo de disputa é por lote e o sistema libera a documentação apenas da proponente primeira colocada, todos os documentos deverão ser inseridos em todos os lotes ofertados. NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS ENVIADOS POR E-MAIL, NEM LINK PARA ACESSO A DOCUMENTOS CONSTANTES EM QUALQUER OUTRO SISTEMA OU SITE EXTERNO):

15.2. Os documentos necessários à habilitação, conforme relação abaixo, deverão, preferencialmente, apresentar índice relacionando-os e informando as folhas em que se encontram.

15.3. **Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA SESSAO PUBLICA, a seguir informada:**

15.4 Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social em vigor), devidamente registrado no Órgão competente, acompanhado de documento comprobatório da eleição dos atuais administradores; ou
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civas, acompanhada de prova de designação da diretoria em exercício.

15.5 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) **Prova de regularidade fiscal perante a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)** mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal.
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias (unificação das Certidões Negativas prevista na Portaria MF 358/14), expedida pela**

Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), através do site www.receita.fazenda.gov.br.

- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei,
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- e) Prova de inscrição no cadastro de Contribuinte Municipal mediante a apresentação do Alvará, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, com prazo de validade em vigor;
- f) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, através do site: www.caixa.gov.br;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, através do site: www.tst.jus.br

15.6 Habilitação Econômico-Financeira:

- a) Apresentação de ***balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social***, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- b) As microempresas ou empresas de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, que se utiliza de contabilidade simplificada e que não disponha de Balanço Patrimonial, não estão obrigadas na apresentação dos documentos exigidos na **letra “a”**, quais sejam balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ***desde que apresentem, obrigatoriamente, escrituração contábil.***
- c) A empresa deverá apresentar ***Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial***, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Conforme art. 69 da Lei 14.133/21.

d) A empresa licitante deverá comprovar um capital social mínimo ou valor do **patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, conforme previsto no § 4º do art. 69 da Lei 14.133/21

15.7 Qualificação Técnica

a) Prova de Inscrição ou registro da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), em plena validade, caso o registro seja no CREA de outra região, o mesmo deverá ser visado pelo CREA do Paraná.

b) Apresentação de ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, firmado(s) por Entidades da Administração Pública, Federal, Estadual ou Municipal ou ainda, por Empresas privadas, que comprove(m) que a Empresa executa ou executou serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

I) No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

II) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

c) Apresentar DECLARAÇÃO DE ENTREGA MÍNIMA garantindo **(duzentos e cinquenta) toneladas por dia, por item contratado**, conforme programação da CONTRATANTE. Tal exigência visa garantir quantidade mínima para execução dos serviços de pavimentação contratados por esta Secretaria Municipal de Obras Públicas.

d) Apresentar **TERMO DE COMPROMISSO DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO** garantindo o atendimento prioritário dos carregamentos programados pela CONTRATANTE, atendendo aos veículos autorizados diariamente das 07:00 h às 10:00 h.

e) **DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE LABORATÓRIO** garantindo que a empresa fornecedora e/ou produtora possui laboratório, próprio ou terceirizado, equipado para controle de qualidade de agregados minerais e massa asfáltica em atendimento aos métodos de ensaio constantes das especificações brasileiras e nas especificações DER/PR ES-P21/17 e DER/PR ES-P28/18.

f) Deverá apresentar responsável técnico habilitado, o qual responderá pelos laudos/ensaios de qualidade que serão entregues à contratante quando solicitado.

g) No caso de o **fornecedor não ser produtor** deverá apresentar declaração do produtor (usina de asfalto) em documento timbrado, devidamente identificado e assinado por seu representante legal, qualificando o licitante para fornecimento de material e quantidades objeto do presente Termo.

h) Apresentar cópia do **Certificado de Registro e Regularidade** da unidade produtora (usina de asfalto) junto ao respectivo Conselho de Classe.

i) Apresentar cópia da **LICENÇA DE OPERAÇÃO/AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL** da **Usina Produtora de Asfalto** e da **Pedreira fornecedora dos agregados minerais**, vigente, emitida pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, conforme Resolução CONAMA n.º 237/97.

j) Anexar a prova de Publicação de Súmula de Recebimento da licença de operação vigente;

l) No caso de processo de renovação apresentar cópia da licença anterior e do protocolo de renovação, bem como inserir a prova de publicação de súmula de recebimento do licenciamento ambiental em processo de renovação;

m) Deverá ser atendido o §4º, Artigo 18, da resolução CONAMA n.º 237/97, relativo à renovação da licença de Operação (LO), a qual deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.

15.8 Declarações:

a) Declaração de **Idoneidade** e inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 5º do artigo 14 da Lei 14.133/21, conforme **ANEXO IV**.

b) Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) **menor (es) de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, **menores de 16 (dezesesseis) anos** em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme **ANEXO IV**.

c) Declaração de **Ausência de Parentesco**, conforme **ANEXO VII**.

d) Declaração de **enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, nos termos da LC 123/2006 e LC 147/2014, sob responsabilidade e penas previstas em Lei, conforme modelo constante do **ANEXO VI**, deste edital, caso a proponente se enquadre como ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006 e LC 147/2014.

d.1) A declaração referida no item “d” servirá como comprovação do enquadramento da PROPONENTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, as quais declararão, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

d.2) O enquadramento deverá ser comprovado através da apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, comprovando o direito de usufruir dos benefícios da LC 123/2006 e LC 147/2014, conforme Art. 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comercio - DNRC, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

15.9 Serão aceitas apenas as cópias legíveis, não serão aceitos documentos cujas datas estejam esmaecidas, inelegíveis ou rasuradas.

15.10 As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do Pregão.

15.11 Quando a empresa for representada por diretor, sócio ou gerente, a capacidade de representação será verificada em face do próprio contrato ou estatuto social.

15.12 Ocorrendo casos em que o representante não figura como sócio da empresa, deverá apresentar Procuração Pública com poderes para representação, ou Procuração Particular específica para esta representação conforme modelo **ANEXO V** do presente Edital, assinada pelo sócio da empresa que detenha poderes de representação da mesma.

16 - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas após solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação;

16.2. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

16.3. Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

16.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

16.5 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133, de 2021 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

16.6 DA INEXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS E DA DILIGÊNCIA:

16.6.1. Será considerada com indícios de inexecutabilidade a proposta que apresentar valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

16.6.2. A existência de indícios de inexecutabilidade não implicará desclassificação automática, devendo o (a) Pregoeiro (a), obrigatoriamente, promover diligência, nos termos do art. 59, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, para que o licitante comprove, de forma clara, objetiva e documental:

I – a compatibilidade dos custos dos insumos, materiais, logística, mão de obra, tributos e demais encargos com o preço ofertado;

II – a viabilidade técnico-operacional e econômico-financeira da execução do contrato;

III – a inexistência de erro de formação de preços ou de custos subavaliados que comprometam a execução contratual.

16.6.3. A diligência será realizada por meio do sistema eletrônico, no prazo a ser fixado pelo (a) Pregoeiro (a), podendo ser exigida, entre outros documentos, planilha detalhada de composição de custos, comprovantes de aquisição de insumos, contratos com fornecedores, notas fiscais, demonstrativos contábeis ou outros meios idôneos de prova.

16.6.4. Concluída a diligência, o (a) Pregoeiro (a) decidirá de forma fundamentada sobre a executabilidade ou inexecutabilidade da proposta, assegurados ao licitante o contraditório e a ampla defesa.

16.6.5. Não sendo comprovada a executabilidade da proposta, esta será desclassificada, sem prejuízo da eventual responsabilidade administrativa, civil e penal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17 - DO RECURSO

17.1 Declarado o vencedor qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

17.2 O sistema aceitará a intenção do licitante, se motivada, após a declaração de vencedor, será enviado uma mensagem informando a abertura para a manifestação de recursos cujo o prazo de manifestação será de 10 (dez) minutos, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso.

17.3. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do disposto neste edital, fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

17.4. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.5 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

17.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

17.7 A petição do recurso deverá conter a assinatura do interessado ou de seu representante, a indicação do número do pregão, endereço completo, telefone para contato, e-mail, formulação do recurso. **Deverá ser juntado documento do signatário que comprove a aptidão em representar a impugnante.**

17.8 As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, dirigidas ao pregoeiro, através do endereço eletrônico: <http://www.bnc.org.br>.

17.9 Após o julgamento dos recursos e das contrarrazões, será adjudicado o objeto do certame ao Licitante declarado vencedor, estando o resultado final da Licitação sujeito à homologação pela autoridade superior competente.

17.10 Não serão conhecidas as razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, fora do prazo legal, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

18 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

18.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

18.2. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

18.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Itaperuçu convocará o licitante vencedor para assinatura do instrumento contratual.

18.4. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o instrumento contratual conforme modelo anexo VIII. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Itaperuçu.

18.5. A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar o Instrumento Contratual, após 05 (cinco) dias da notificação, implicará a imposição das penalidades previstas no edital e anexos.

19 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

19.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conclusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

20 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

20.1 DO CONTROLE DO FORNECIMENTO

20.1.1 A empresa contratada entregará o CBUQ no local conforme indicado e permanecerá no local **(no caso do lote 2.)** até a finalização da operação, chegando ao fim da carga do objeto licitado.

20.1.2 A empresa Contratada deverá controlar o fornecimento do material, com *ticket de controle diário* onde deverá conter obrigatoriamente:

- Data e Hora da Entrega.
- Número da Nota Fiscal.
- Quantidade conforme nota de pesagem da Usina, com pelo menos um dígito decimal.
- Endereço de Entrega.
- Número da requisição emitida pelo Setor de Obras.
- Assinatura do responsável pela Entrega.
- Placa do Caminhão e Nome do Motorista.
- Assinatura do Encarregado pelo recebimento, na Obra.
- O Ticket de Controle Diário deverá ser feito em duas vias, sendo uma delas entregue ao Fiscal na Obra.

20.1.3 Posteriormente à entrega, e mensalmente, a empresa requisitará o pagamento dos valores devidos pelo fornecimento. Para o protocolo do pedido de pagamento a empresa deverá apresentar:

- Ofício destinado ao Prefeito Municipal solicitando o pagamento dos valores devidos.
- Planilha de Controle impressa e assinada pelo responsável, contendo os dados citados acima, listados por ticket.

20.1.4 A empresa deverá encaminhar cópia dos tickets assinados pelo encarregado sempre que for solicitado.

20.1.5 A empresa deverá encaminhar laudo técnico de análise dos produtos sempre que for solicitado.

20.1.6 A empresa deverá apresentar Declaração do Responsável Técnico de que o material está sendo transportado e fornecido no local conforme as Normas Técnicas Vigentes inclusive NBR 6560 e NBR 9685.

20.2 Prazo de Execução O prazo de Entrega ou Retirada é de até 48 horas a contar da emissão da requisição pelo departamento de Obras.

20.2 Condições da Entrega, o produto deverá ser entregue de forma parcelada, em horários pré determinados, sendo distribuído em local previamente informado pela Secretaria Municipal de Obras, dentro do Município de Itaperuçu;

20.4 As Cargas de CBUQ serão fornecidas com no mínimo 16 toneladas. A descarga será por conta do fornecedor;

20.5 A responsabilidade por eventuais danos ambientais, tanto no transporte como no manejo de descarga serão atribuídos à empresa fornecedora;

20.6 O fornecimento se dará a pedido da Secretaria Municipal de Obras, e será conforme andamento do consumo;

20.7 A entrega deverá ser até 48 (Quarenta e Oito.) horas após o pedido.

20.8. Para o **LOTE 2 (DOIS)** as PARTICIPANTES do certame, deverão calcular em seus lances os valores dos **TRANSPORTES DOS MATERIAIS**, sabendo se, que os **Veículos (CAMINHÕES)**, que farão o **TRANSPORTE do CBUQ**, deverão permanecer no LOCAL de execução da Obra em questão até o fim da APLICAÇÃO dos materiais que estão sendo transportados pelos mesmos.

20.9 Levando se em consideração as informações contadas no item 20.6. acima, a vencedora do CERTAME deverá se programar para disponibilizar seus Equipamentos de Transportes no período que for necessário normalmente, serão utilizados das (08:00 às 17:00.), para que assim não haja empecilhos na execução das Obras em questão, por falta de tempo hábil da mesma.

20.10. A **Administração**, possui a ciência que para a **organização e cronograma** da EMPRESA portadora do **CONTRATO** e para a disponibilização dos seus equipamentos de FRETE em um período diurno completo, este órgão deverá emitir a **ORDEM DE SERVIÇO (O.S)** com uma antecedência cabível, para a mesma se preparar para atender as solicitações conforme a demanda em questão. Tendo ciência disso, o prazo para a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO é do no MINIMO 48 (QUARENTA E OITO.) HORAS ÚTEIS DE ANTECEDÊNCIA**, a **O.S** será emitida pela Secretária de Obras Públicas, por Servidor devidamente destinado.

20.11 A execução de tapa-buraco, pavimentação e reperfilamento abrange toda a área urbana do Município de Itaperuçu e são ruas circunscritas exclusivamente dentro da área do Município.

20.12 Também serão executadas obras novas de pavimentação em acessos e pátios de estacionamento dos próprios do Município, bem como a impermeabilização de áreas para instalação de equipamentos urbanos.

20.13 É importante salientar que as pavimentações que serão programadas não terão a intenção de substituir obras de grande porte, e sim, resolver problemas de tráfego, de impermeabilização e de concordância de pequenos trechos sem pavimento, portanto, há o critério de imprevisibilidade quanto aos locais exatos da utilização.

20.11 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) *Aquisição de produto com emissão de ticket de balança na local de carga, com assinatura de recebimento por responsável designado e entregue no local da obra a ser aplicada conforme indicação da Secretaria de Obras Públicas.*

b) *A empresa vencedora do certame deverá fornecer planilha de elaboração de custos referente aos valores utilizados para a proposta final para atestar o valor praticado e assim necessário, caso haja futuramente, alguma alteração ou ajuste de valor.*

21- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste, sem prévia e expressa anuência da Administração.

21.2. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por si, seus sucessores, representantes e/ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

21.3. Fornecer e utilizar toda a competente, e indispensável mão-de-obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

21.4. Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.

21.5. Comprovar a regularidade para com as obrigações decorrentes da prestação dos serviços, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas.

21.6. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato.

21.7. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

21.8. Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

22 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

22.1. Proporcionar condições para a boa execução do contrato, fornecendo à contratada os elementos necessários à execução dos mesmos.

22.2 Remeter advertências à contratada, por escrito, quando a execução não estiver satisfatória.

22.3 Fiscalizar os serviços executados pela contratada, fazendo cumprir todas as cláusulas do contrato.

23 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

23.1. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços ficarão a cargo do Departamento de Obras, podendo ser fiscalizada pelo Departamento de Engenharia quando solicitado pelo primeiro.

23.2. O departamento de Obras fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento se está sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento de Assessoria e Consultoria que, não forem considerados satisfatórios e determinar a licitante a substituição dos serviços ou correção de irregularidades.

23.3. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa licitante, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do licitante ou de seus agentes e prepostos (Art. 120 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

24 - DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Departamento de Obras.

24.2 Juntamente com o pedido de pagamento da empresa Contratada, deverá ser apresentada a planilha de controle de Consumo conforme especificada no item 4.3, juntamente com a declaração do Engenheiro Responsável.

24.3 A liberação do pagamento ficará condicionada a apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Negativa de Débitos Federais e Certidão Negativa de Débitos Municipais, quando na apresentação da Fatura/Nota Fiscal;

24.4 Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

25 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 156 da Lei 14.133/21, com as alterações dela decorrentes, obedecerá às normas estabelecidas neste contrato;

25.2 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

25.3 As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

25.4 Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de tres dias úteis apresentarem defesa.

25.5 Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

25.6 Da decisão caberá recurso no prazo de tres dias úteis.

25.7 Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

25.8A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal (ais) do Contrato(s).

25.9A multa prevista no item “b” será:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato;
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

25.10 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

25.11 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

25.12 - As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

25.13 - Também ficam sujeitas às penalidades, as empresas ou profissionais que:

25.13.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

25.13.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

25.13.3- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

25.14 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

25.14.1 - Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

25.15 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente:

25.15.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

25.16 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

25.17 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

26 - DO REAJUSTE

26.1. Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses legais de admissibilidade de reajuste, previstos na Lei 14.133/21, com periodicidade mínima de 01 (um) ano utilizando para tal o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Obs.: considerar até a 3ª (terceira) casa após a vírgula.

26.2. O reajuste incidirá após o prazo de 01 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta, mediante requerimento do contratado.

26.3. Quando antes da data de reajustamento, já tiver ocorrido à revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

27 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. O Município de Itaperuçu poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes

intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.

27.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

27.7. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão;

27.8. A participação do(a) licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.10. Quaisquer esclarecimentos serão formalizados preferencialmente pelo e-mail licitação@itaperucu.pr.gov.br ou através de correspondência dirigida ao endereço constante no preâmbulo do Edital.

27.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da legislação pertinente,

20.11 É previsto, inicialmente, o prazo para o consumo das quantidades do material relacionado, de 12 (doze) meses, podendo ser aditado se houver interesse da administração municipal.

27.12. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos necessários, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, homologação, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

27.13. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ITEM	ANEXOS	DESCRIÇÃO
------	--------	-----------





01	Anexo I	Termo de Referência
02	Anexo II	Formação de Preços e Especificação Técnica
03	Anexo III	Modelo de Proposta
04	Anexo IV	Modelo de Declaração Conjunta
05	Anexo V	Modelo de Procuração
06	Anexo VI	Declaração de Microempresa
07	Anexo VII	Declaração de Ausência de Parentesco
08	Anexo VIII	Declaração de Visita Técnica
09	Anexo IX	Declaração de Não Realização da Visita Técnica
10	Anexo X	Minuta de Contrato

27.14 Para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Itaperuçu, 26 de AGOSTO de 2026.

Leticia Fernanda Cavalli

Pregoeiro Oficial

Portaria nº 380/2025



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de Massa **asfáltica (CBUQ) FAIXA C e F**, para utilização em operações de tapa buraco, impermeabilização de áreas e pavimentações viárias de baixa complexidade, com e sem transporte.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A secretaria Municipal de Obras necessita da aquisição do CBUQ, pois este material é de extrema importância para o uso em operação de tapa-buracos, pavimentações de baixa complexidade e recapeamentos asfálticos.

2.2. A aquisição de Massa Asfáltica tem por finalidade o emprego em vias municipais, tanto para execução de capa asfáltica em ruas ainda dotadas de revestimento primário (saibro), como para recape/recomposição de capas asfálticas deterioradas em ruas com pavimentação antiga ou com a vida útil vencida.

3. ABRANGÊNCIA:

3.1. A execução de tapa-buraco, pavimentação e reperfilamento abrange toda a área urbana e rural do Município de Itaperuçu e são ruas circunscritas exclusivamente dentro da área do Município.

3.2. Também serão executadas obras novas de pavimentação em acessos e pátios de estacionamento dos próprios do Município, bem como a impermeabilização de áreas para instalação de equipamentos urbanos.

3.3. É importante salientar que as pavimentações que serão programadas não terão a intenção de substituir obras de grande porte, e sim, resolver problemas de tráfego, de impermeabilização e de concordância de pequenos trechos sem pavimento, portanto, há o critério de imprevisibilidade quanto aos locais exatos da utilização.

4. CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS:

4.1. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

5. DO DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES.

5.1. Considerando as necessidades do município e a capacidade de utilização e fiscalização do uso e entrega do material, as quantidades a serem adquiridas estão expostas na tabela a seguir:

LOTE 1		
ITENS		QUANT
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "C" SEM TRANSPORTE, RETIRADA NO LOCAL	1.500 T
2	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "F" SEM TRANSPORTE, RETIRADA NO LOCAL	1.000 T

LOTE 2		
ITENS		QUANT
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "C" INCLUINDO TRANSPORTE	2.000 T
2	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "F" INCLUINDO TRANSPORTE	2.000 T

6. DA AVALIAÇÃO DE CUSTOS.

6.1. Para avaliação dos Custos foi considerado a planilha DER de **agosto de 2025**, com desoneração.

6.2. CBUQ

6.3. Para fins de composição de preços utilizamos a quantidade de 1500,00 toneladas de CBUQ FAIXA "C" E 1000 TON DE CBUQ FAIXA "F", para utilização pelo período de 01 (um) ano.

6.4. Para fins de utilização da tabela DER, que separa a quantidade de CAP dos agregados do CBUQ, foi considerado o teor de CAP como sendo 5,5% e 6,00% os projetos da massa usinada, Faixa C e Faixa F, respectivamente.

7. DA ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL

7.1. O produto Concreto Betuminoso Usinado à Quente – Faixa "C e F", deverá atender as especificações da norma do DNIT 031/2006 ES e suas alterações;

7.2. A temperatura do CBUQ no local de entrega deverá ser de $165 \pm 5^{\circ}\text{C}$.

8. DO CONTROLE DO FORNECIMENTO

8.1. A empresa contratada entregará o CBUQ no local conforme indicado e permanecerá no local **(no caso do lote 2.)** até a finalização da operação, chegando ao fim da carga do objeto licitado.

8.2. A empresa Contratada deverá controlar o fornecimento do material, com *ticket de controle diário* onde deverá conter obrigatoriamente:

- Data e Hora da Entrega.
- Número da Nota Fiscal.
- Quantidade conforme nota de pesagem da Usina, com pelo menos um dígito decimal.
- Endereço de Entrega.
- Número da requisição emitida pelo Setor de Obras.
- Assinatura do responsável pela Entrega.
- Placa do Caminhão e Nome do Motorista.
- Assinatura do Encarregado pelo recebimento, na Obra.
- O Ticket de Controle Diário deverá ser feito em duas vias, sendo uma delas entregue ao Fiscal na Obra.

8.3. Posteriormente à entrega, e mensalmente, a empresa requisitará o pagamento dos valores devidos pelo fornecimento. Para o protocolo do pedido de pagamento a empresa deverá apresentar:

- Ofício destinado ao Prefeito Municipal solicitando o pagamento dos valores devidos.
- Planilha de Controle impressa e assinada pelo responsável, contendo os dados citados acima, listados por ticket.

8.4. A empresa deverá encaminhar cópia dos tickets assinados pelo encarregado sempre que for solicitado.

8.5. A empresa deverá encaminhar laudo técnico de análise dos produtos sempre que for solicitado.

8.6. A empresa deverá apresentar Declaração do Responsável Técnico de que o material está sendo transportado e fornecido no local conforme as Normas Técnicas Vigentes inclusive NBR 6560 e NBR 9685.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1. Prova de Inscrição ou registro da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), em plena validade, caso o registro seja no CREA de outra região, o mesmo deverá ser visado pelo CREA do Paraná.

9.2. Apresentação de ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, firmado(s) por Entidades da Administração Pública, Federal, Estadual ou Municipal ou ainda, por Empresas privadas, que

comprove(m) que a Empresa executa ou executou serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.3. A Visita Técnica tem caráter Facultativo, sendo que a empresa deverá apresentar “Declaração de Visita Técnica”, onde a mesma pode ser agendada pelo telefone (41) 3603-2005 Ramal 238. Ou em caso de opção pela não realização da visita técnica, deverá apresentar a “Declaração de não realização da visita técnica”.

10. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

10.1. Aquisição de produto com emissão de ticket de balança na local de carga, com assinatura de recebimento por responsável designado e entregue no local da obra a ser aplicada conforme indicação da Secretaria de Obras Públicas.

10.2. A empresa vencedora do certame deverá fornecer planilha de elaboração de custos referente aos valores utilizados para a proposta final para atestar o valor praticado e assim necessário, caso haja futuramente, alguma alteração ou ajuste de valor.

10.3. Apresentar DECLARAÇÃO DE ENTREGA MÍNIMA garantindo **no mínimo 250 (duzentos e cinquenta) toneladas por dia, por item contratado**, conforme programação da CONTRATANTE. Tal exigência visa garantir quantidade mínima para execução dos serviços de pavimentação contratados por esta Secretaria Municipal de Obras Públicas.

10.4. Apresentar **TERMO DE COMPROMISSO DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO** garantindo o atendimento prioritário dos carregamentos programados pela CONTRATANTE, atendendo aos veículos autorizados diariamente das 07:00 h às 10:00 h.

10.5. **DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE LABORATÓRIO** garantindo que a empresa fornecedora e/ou produtora possui laboratório, próprio ou terceirizado, equipado para controle de qualidade de agregados minerais e massa asfáltica em atendimento aos métodos de ensaio constantes das especificações brasileiras e nas especificações DER/PR ES-P21/17 e DER/PR ES-P28/18.

10.6. Deverá apresentar responsável técnico habilitado, o qual responderá pelos laudos/ensaios de qualidade que serão entregues à contratante quando solicitado.

10.7. No caso de o **fornecedor não ser produtor** deverá apresentar declaração do produtor (usina de asfalto) em documento timbrado, devidamente identificado e assinado por seu representante legal, qualificando o licitante para fornecimento de material e quantidades objeto do presente Termo.

10.8. Apresentar cópia do **Certificado de Registro e Regularidade** da unidade produtora (usina de asfalto) junto ao respectivo Conselho de Classe.

10.9. Apresentar cópia da **LICENÇA DE OPERAÇÃO/AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL** da **Usina Produtora de Asfalto** e da **Pedreira fornecedora dos agregados minerais**, vigente, emitida pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, conforme Resolução CONAMA n.º 237/97.

10.10. Anexar a prova de Publicação de Súmula de Recebimento da licença de operação vigente;

10.11. No caso de processo de renovação apresentar cópia da licença anterior e do protocolo de renovação, bem como inserir a prova de publicação de súmula de recebimento do licenciamento ambiental em processo de renovação;

10.12. Deverá ser atendido o §4º, Artigo 18, da resolução CONAMA n.º 237/97, relativo à renovação da licença de Operação (LO), a qual deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.

10.13. Apresentar **COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA** prova constituída por documento(s) expedido(s) por entidades da Administração direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou por pessoa jurídica de direito privado, que comprovem a aptidão da licitante para fornecimento pertinente e compatível em características com o objetivo deste certame:

10.14. As certidões ou atestados deverão ser apresentados em documento timbrado original ou por cópia reprográfica, assinada por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação;

10.15. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de empresa(s) que pertença(m) ao mesmo grupo empresarial;

10.16. As certidões/atestados deverão comprovar a efetiva entrega do objeto **anteriormente à data da licitação.**

11. DA ENTREGA:

11.1. Prazo de Execução O prazo de Entrega ou Retirada é de até 48 horas a contar da emissão da requisição pelo departamento de Obras.

11.2. Condições da Entrega, o produto deverá ser entregue de forma parcelada, em horários pré determinados, sendo distribuído em local previamente informado pela Secretaria Municipal de Obras, dentro do Município de Itaperuçu;

11.3. As Cargas de CBUQ serão fornecidas com no mínimo 16 toneladas. A descarga será por conta do fornecedor;

11.4. A responsabilidade por eventuais danos ambientais, tanto no transporte como no manejo de descarga serão atribuídos à empresa fornecedora;

11.5. O fornecimento se dará a pedido da Secretaria Municipal de Obras, e será conforme andamento do consumo;

11.6. A entrega deverá ser até 48 (Quarenta e Oito.) horas após o pedido.

11.7. Para o **LOTE 2 (DOIS)** as PARTICIPANTES do certame, deverão calcular em seus lances os valores dos **TRANSPORTES DOS MATERIAIS**, sabendo se, que os **Veículos (CAMINHÕES)**, que farão o **TRANSPORTE do CBUQ**, deverão permanecer no LOCAL de execução da Obra em questão até o fim da APLICAÇÃO dos materiais que estão sendo transportados pelos mesmos.

11.8. Levando se em consideração as informações contadas no item 11.7. acima, a vencedora do CERTAME deverá se programar para disponibilizar seus Equipamentos de Transportes no período que for necessário normalmente, serão utilizados das (08:00 às 17:00.), para que assim não haja empecilhos na execução das Obras em questão, por falta de tempo hábil da mesma.

11.9. A **Administração**, possui a ciência que para a **organização e cronograma** da EMPRESA portadora do **CONTRATO** e para a disponibilização dos seus equipamentos de FRETE em um período diurno completo, este órgão deverá emitir a **ORDEM DE SERVIÇO (O.S)** com uma antecedência cabível, para a mesma se preparar para atender as solicitações conforme a demanda em questão. Tendo ciência disso, o prazo para a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO é do no MINIMO 48 (QUARENTA E OITO.) HORAS ÚTEIS DE ANTECEDÊNCIA**, a **O.S** será emitida pela Secretária de Obras Públicas, por Servidor devidamente destinado.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. Os recursos decorrentes da aquisição do Material são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Departamento de Obras.

13.2. Juntamente com o pedido de pagamento da empresa Contratada, deverá ser apresentada a planilha de controle de Consumo conforme especificada no item 4.3, juntamente com a declaração do Engenheiro Responsável.

13.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Negativa de Débitos Federais e Certidão Negativa de Débitos Municipais, quando na apresentação da Fatura/Nota Fiscal;

13.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

14. DOS PREÇOS.

14.1. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos necessários, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, homologação, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

LOTE 1				
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT (TON)	R\$ /TON	R\$ TOTAL
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "C" SEM TRANSPORTE, RETIRADA NO LOCAL	1500	R\$ 405,88	R\$ 608.820,00
2	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "F" SEM TRANSPORTE, RETIRADA NO LOCAL	1000	R\$ 428,89	R\$ 428.890,00
TOTAL			R\$ 1.037.710,00	

LOTE 2				
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	R\$ /TON	R\$ TOTAL
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "C" INCLUINDO TRANSPORTE	2000	R\$ 445,45	R\$ 890.900,00
2	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "F" INCLUINDO TRANSPORTE	2000	R\$ 468,46	R\$ 936.920,00
TOTAL			R\$ 1.827.820,00	

15. DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO

15.1. A tabela a seguir representa os itens elencados da planilha DERPR a fim de compor os

ITEM	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE	CUSTO UNITÁRIO
1	C.B.U.Q NA USINA, EXCL. FORNECE CAP	570130	TONELADA	R\$ 152,69
2	CIMENTO ASFÁLTICO CAP 50/69	170500	TONELADA	R\$ 4.756,10
3	TRANSPORTE DE MASSA A QUENTE COM CAMINHÃO BASCULANTE. (DMT = 40KM)	973000	TONELADA	R\$ 39,57

Fonte: DERPR - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - Data Base 08/2025.

DMT = Distância Média de Transporte

15.2. Composição de Custos

15.3. Do CBUQ

Método de Cálculo para composição de Preços de CBUQ com e sem transporte.

ITEM	EQUAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	FAIXA C	FAIXA F
A		QUANTIDADE A ADQUIRIR	TONELADA	2000	2000
B		TEOR DE CAP	%	5,50%	6,00%
C	A*B	QUANTIDADE DE CAP	TONELADA	110	120
D	A-C	QUANTIDADE CBUQ	TONELADA	1890	1880
E	I	PREÇO CBUQ	R\$/TON	R\$ 152,69	R\$ 152,69
F	D*E	PREÇO QBUQ TOTAL	R\$	R\$ 288.584,10	R\$ 287.057,20
G	II	PREÇO CAP	R\$/TON	R\$ 4.756,10	4.756,10
H	C*G	PREÇO CAP TOTAL	R\$	R\$ 523.171,00	R\$ 570.732,00
I	F+H	CUSTO TOTAL	R\$	R\$ 811.755,10	R\$ 857.789,20
J	I/A	CUSTO TOTAL POR TONELADA	R\$/TON	R\$ 405,88	R\$ 428,89
K	J+V	CBUQ+TRANSPORTE	R\$/TON	R\$ 445,45	R\$ 468,46

15.4. Para avaliação dos Custos foi considerado a planilha DER de agosto de 2025, com desoneração.

16. DO PRAZO DO CONTRATO

16.1. É previsto, inicialmente, o prazo para o consumo das quantidades do material relacionado, de 12 (doze) meses, podendo ser aditado se houver interesse da administração municipal.

16.2. A Prefeitura Municipal se reserva o direito de rescindir o contrato, a qualquer tempo, se comprovados quaisquer descumprimentos do que é especificado neste Termo de Referência.

17. DAS CONDIÇÕES GERAIS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

17.1. Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

17.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste, sem prévia e expressa anuência da Administração.

17.3. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por si, seus sucessores, representantes e/ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade

17.4. Fornecer e utilizar toda a competente, e indispensável mão-de-obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, conforme a Lei 14.133/2021, com as alterações dela decorrentes.

17.5. Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.

17.6. Comprovar a regularidade para com as obrigações decorrentes da prestação dos serviços, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas.

17.7. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato.

17.8. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

17.9. Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

17.10. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** Proporcionar condições para a boa execução do contrato, fornecendo à contratada os elementos necessários à execução dos mesmos.

17.11. Remeter advertências à contratada, por escrito, quando a execução não estiver satisfatória.

17.12. Fiscalizar os serviços executados pela contratada, fazendo cumprir todas as cláusulas do contrato.

17.13. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:** O acompanhamento e a fiscalização dos serviços ficarão a cargo do Departamento de Obras, podendo ser fiscalizada pelo Departamento de Engenharia quando solicitado pelo primeiro.

17.14. O departamento de Obras fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento se está sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento de Assessoria e Consultoria que, não forem considerados satisfatórios e determinar a licitante a substituição dos serviços ou correção de irregularidades.

17.15. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa licitante, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do licitante ou de seus agentes e prepostos (Conforme Lei nº 14.133/2021).

18. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. CLÁUSULA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, a contratada ficará sujeita às sanções administrativas abaixo especificadas, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

18.2. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na Lei nº 14.133/2021:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;

- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa;
- h) Fraudar a contratação;
- i) Comportar-se de modo inidôneo;
- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

18.3. SANÇÕES APLICÁVEIS

Advertência

Aplicável nos casos de infrações de menor potencial ofensivo, quando não houver prejuízo significativo à Administração.

Multa

A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com outras sanções.

- a) Multa moratória (atraso na execução) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida; limitada a 20% (vinte por cento) do valor da parcela. Ultrapassado este limite, poderá ser caracterizada inexecução parcial ou total.
- b) Multa por inexecução parcial 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou executada irregularmente.
- c) Multa por inexecução total: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
- d) Multa por descumprimento de obrigações acessórias 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela contratual, nos casos de descumprimento de obrigações que não comprometam diretamente a execução do objeto.

18.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

Impedimento de licitar e contratar com o Município de Itaperuçu/PR pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nas hipóteses previstas no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

18.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

18.6. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Na aplicação das sanções serão considerados:



- a) A gravidade da infração;
- b) O dano causado à Administração;
- c) A vantagem auferida pelo infrator;
- d) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- e) A reincidência;
- f) A cooperação da contratada na apuração dos fatos.

19. PROCESSO ADMINISTRATIVO

A aplicação das sanções observará regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme a Lei nº 14.133/2021 e regulamento municipal vigente.

JOEL ANTONIO ALVES FERREIRA JUNIOR

Secretário de Obras Públicas

Portaria nº 145/2025

Emilly Emanuely Bonfim Oliveira

Fiscal de Contrato

Portaria nº 193/2026





ANEXO II

FORMAÇÃO DE PREÇOS E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

LOTE 1				
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT (TON)	R\$ /TON	R\$ TOTAL
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "C" SEM TRANSPORTE, RETIRADA NO LOCAL	1500	R\$ 405,88	R\$ 608.820,00
2	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "F" SEM TRANSPORTE, RETIRADA NO LOCAL	1000	R\$ 428,89	R\$ 428.890,00
TOTAL			R\$ 1.037.710,00	

LOTE 2				
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	R\$ /TON	R\$ TOTAL
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "C" INCLUINDO TRANSPORTE	2000	R\$ 445,45	R\$ 890.900,00
2	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ FAIXA "F" INCLUINDO TRANSPORTE	2000	R\$ 468,46	R\$ 936.920,00
TOTAL			R\$ 1.827.820,00	



ANEXO III

MODELO

PROPOSTA COMERCIAL

(em papel personalizado da empresa)

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____
Endereço: _____ Tel: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____ E-mail: _____
Banco..... Agência Bancaria Conta Corrente nº

A Prefeitura Municipal de Itaperuçu
Departamento de Licitações
Pregão Eletrônico nº /2026

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do objeto, conforme abaixo:

Item	Descrição	Und.	Quantidade	Preço Unitário R\$	Valor Total R\$
Lote nº.....					
TOTAL GERAL R\$					

Condições de Pagamento: Conforme edital.

Prazo de Entrega: até 30 (dias) dias após o recebimento da nota de empenho.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Declaramos de que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, frete, impostos de quaisquer naturezas, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e carimbo do representante
Legal da empresa



ANEXO IV
MODELO
DECLARAÇÃO CONJUNTA

À Prefeitura Municipal de Itaperuçu
Departamento de Licitações
Pregão Eletrônico nº /2026.

Prezados Senhores:

A empresa, inscrita no CNPJ nº __, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) do RG nº e do CPF nº., para fins do disposto no Edital de licitação em epígrafe, **DECLARA**,

- a) Que recebeu do licitador toda a documentação do Pregão Eletrônico supramencionada, relacionada no Edital em apreço e que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- b) Que se sujeita às condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico em consideração e dos respectivos anexos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à habilitação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar os serviços;
- c). Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 14, parágrafo 5º, e art. 97 da Lei 14.133/21.
- d) Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme disciplina do art. 7º, XXXIII da CF 88;
- e) Que não possui em seu quadro societário e nem como representante legal através de procuração, Servidor Público da Prefeitura de Itaperuçu.

Por ser verdade, firmamos a presente. Local, de 2026.

Nome e carimbo do Representante
legal da empresa

ANEXO V

MODELO
PROCURAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, Estado do _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026 - PMI**, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinar contratos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer está para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

Local e data.

(Nome e número da identidade do declarante)
(representante legal da empresa)



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE.

(identificar seu enquadramento).

☐ MICROEMPRESA (ME);

☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP);

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Itaperuçu/PR.

Com referência ao Pregão Eletrônico nº ____/2026.

A Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, inscrição estadual _____, com sede na Rua _____, CEP: _____, na cidade de _____, E-mail: _____, fone de contato() _____, neste ato representada por seu sócio, _____, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade/RG nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente na Rua _____, CEP: _____, na cidade de _____, nos termos do Contrato Social, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, bem como não incorre em quaisquer dos impedimentos previstos no § 4º do mesmo artigo, da Lei Complementar 123/06 e suas alterações, estando enquadrada como **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 45 da referida Lei.

Local, de _____ de 2026.

Assinatura
Representante Legal/Procurador

Assinatura
Contador da empresa



ANEXO VII

MODELO

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Itaperuçu/PR.

Com referência ao Pregão Eletrônico nº ____/2026.

Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, inscrição estadual _____, com sede na Rua - _____, CEP: _____, na cidade de _____, E-mail: _____, fone de contato() _____, **DECLARA** para os devidos fins que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato, (nome do representante), RG n.º e CPF/MF n.º, não são servidores do Município de Itaperuçu/PR, cônjuge ou companheiro (a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor (a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação.

Local, _____ de _____ de 2026.

Assinatura

Representante Legal / Procurador



ANEXO VIII

MODELO

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Atestamos para fins de habilitação da Empresa _____
_____, CNPJ/MF _____, com
endereço a Rua _____, nº
_____, na Cidade de _____, que o Sr.
_____, portador RGxxx e CPF xxxx
nº _____ VISITOU os locais onde serão realizadas as entregas
conforme termo de referencia da licitação xxxxxNº _____/2026 – PMI cujo objeto é a xxxxxxxxxx

Para que surtam os efeitos desejados, subscrevemo-nos.

Local, _____ de _____ de _____.
(assinatura)

SERVIDOR REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL

NOME
número da matrícula
(assinatura)

REPRESENTANTE DA PROPONENTE

NOME
número do RG.



ANEXO IX

MODELO

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

Declaramos que a Empresa _____ com sede na
Cidade de _____, na Rua
_____, nº _____, CEP _____, telefone (_____) _____,
e-mail _____.

_____, com CNPJ/MF _____, em
atendimento ao edital xxxxxxxx Nº _____/2026 PMI cujo objeto é

_____, que **RENUNCIA** e declina da realização da
Visita Técnica ao local do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e
peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo integralmente a responsabilidade por
esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem
avênças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

Para que surtam os efeitos desejados, subscrevemo-nos.

Local, _____ de _____ de _____.

(assinatura)

REPRESENTANTE LEGAL

NOME

CPF

RG

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026 QUE
CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU E A
EMPRESA_____.

MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, PARANÁ, pessoa jurídica de direito Público Interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 95.422.846/0001-26, com sede administrativa à Av. Crispim Furquim de Siqueira, n.º 1.800, em Itaperuçu, Estado do Paraná, neste ato representado pela Prefeito EDILSON RUIZ DE FREITAS, brasileiro, portador do RG nº 00043295799 e CPF nº 723.663.709-20.

EMPRESA_____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, neste ato representada por seu _____, Sr (a). _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado (a) na Rua _____, nº ___, bairro, tel, e-mail, CEP, Cidade/Estado.

As partes acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01.04.2021, firmam de comum acordo o presente contrato decorrente do Procedimento Licitatório - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026 – PMAT, processo administrativo sob nº 182/2026** e Proposta da Contratada, bem como, dos demais Anexos e documentos que integram o processo, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, independentemente de transcrição, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

“Contratação de empresa para fornecimento de Massa asfáltica (CBUQ) FAIXA C e F, para utilização em operações de tapa buraco, impermeabilização de áreas e pavimentações viárias de baixa complexidade, com e sem transporte”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO (ENTREGA) E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1. O prazo de vigência por 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato administrativo respectivo, o prazo de execução, o prazo de entrega ou Retirada é de até 48 horas a contar da emissão da requisição pelo Departamento de Obras.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO:

1. A execução do objeto deverá observar às disposições contidas no Edital de licitação, observando-se que a mesma deverá ocorrer no prazo fixado neste Contrato, ressalvado as hipóteses de admissibilidade de prorrogação.
2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto do presente contrato, nos limites e nas hipóteses previstas no artigo 125 da Lei 14.133/21, com as alterações dela decorrentes.
3. A Administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do presente contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada.
4. A Administração Pública também se reserva no direito de recusar todo e qualquer produto que seja considerado inadequado; que não atender as especificações contidas no presente contrato, no Edital de licitação bem como as normas e especificações técnicas.
5. O recebimento do objeto se dará conforme as disposições contidas no art. 140 e seguintes da Lei 14.133/21, com as alterações dela decorrentes, observadas a necessidade de elaboração de termo circunstanciado para o recebimento provisório bem como para o recebimento definitivo

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:

1. O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de R\$ _____ (_____), cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.
2. O pagamento será feito mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações (requisição de compras), devidamente assinada pelo requisitante e pelo Secretário de Obras Públicas, e será efetuado em até **30 (trinta)** dias após o encaminhamento da mesma ao Departamento competente.

CLÁUSULA QUINTA – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OCASIÃO DO PAGAMENTO:

Por ocasião do pagamento deverá ser apresentado pela Contratada:

1. A liberação do pagamento ficará condicionada a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS

– CRF e e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – TST, quando na apresentação da Fatura/Nota Fiscal;

2. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos necessários, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, homologação, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos a que alude o item anterior bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações, assumida pela mesma ou decorrente do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas para a satisfação do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

05.002	Departamento de Estradas Vicinais
26.782.0005.2019	Manutenção do Departamento de Estradas Vicinais
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ
05.003	Departamento de Serviços Urbanos
15.452.0004.2020	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ENTREGAS:

1. DO CONTROLE DO FORNECIMENTO

1.1 A empresa contratada entregará o CBUQ e a Emulsão no local conforme indicado e permanecerá no local **(no caso do lote 2.)** até a finalização da operação, chegando ao fim da carga do objeto licitado.

1.2 A empresa Contratada deverá controlar o fornecimento do material, com *ticket de controle diário* onde deverá conter obrigatoriamente:

- Data e Hora da Entrega.
- Número da Nota Fiscal.
- Quantidade conforme nota de pesagem da Usina, com pelo menos um dígito decimal.
- Endereço de Entrega.
- Número da requisição emitida pelo Setor de Obras.
- Assinatura do responsável pela Entrega.
- Placa do Caminhão e Nome do Motorista.
- Assinatura do Encarregado pelo recebimento, na Obra.
- O Ticket de Controle Diário deverá ser feito em duas vias, sendo uma delas entregue ao Fiscal na Obra.

2. Posteriormente à entrega, e mensalmente, a empresa requisitará o pagamento dos valores devidos pelo fornecimento. Para o protocolo do pedido de pagamento a empresa deverá apresentar:

- Ofício destinado ao Prefeito Municipal solicitando o pagamento dos valores devidos.
- Planilha de Controle impressa e assinada pelo responsável, contendo os dados citados acima, listados por ticket.

3. A empresa deverá encaminhar cópia dos tickets assinados pelo encarregado sempre que for solicitado.

4. A empresa deverá encaminhar laudo técnico de análise dos produtos sempre que for solicitado.

5. A empresa deverá apresentar Declaração do Responsável Técnico de que o material está sendo transportado e fornecido no local conforme as Normas Técnicas Vigentes inclusive NBR 6560 e NBR 9685.

6. Prazo de Execução O prazo de Entrega ou Retirada é de até 48 horas a contar da emissão da requisição pelo departamento de Obras.

7. Condições da Entrega, o produto deverá ser entregue de forma parcelada, em horários pré determinados, sendo distribuído em local previamente informado pela Secretaria Municipal de Obras, dentro do Município de Itaperuçu;

8. As Cargas de CBUQ serão fornecidas com no mínimo 16 toneladas. A descarga será por conta do fornecedor;
9. A responsabilidade por eventuais danos ambientais, tanto no transporte como no manejo de descarga serão atribuídos à empresa fornecedora;
- 10 O fornecimento se dará a pedido da Secretaria Municipal de Obras, e será conforme andamento do consumo;
11. A entrega deverá ser até 48 (Quarenta e Oito.) horas após o pedido.
- 12 Para o **LOTE 2 (DOIS)** as PARTICIPANTES do certame, deverão calcular em seus lances os valores dos **TRANSPORTES DOS MATERIAIS**, sabendo se, que os **Veículos (CAMINHÕES)**, que farão o **TRANSPORTE do CBUQ**, deverão permanecer no LOCAL de execução da Obra em questão até o fim da APLICAÇÃO dos materiais que estão sendo transportados pelos mesmos.
13. Levando se em consideração as informações contadas no item 20.6. acima, a vencedora do CERTAME deverá se programar para disponibilizar seus Equipamentos de Transportes no período que for necessário normalmente, serão utilizados das (08:00 às 17:00.), para que assim não haja empecilhos na execução das Obras em questão, por falta de tempo hábil da mesma.
14. A **Administração**, possui a ciência que para a **organização e cronograma** da EMPRESA portadora do **CONTRATO** e para a disponibilização dos seus equipamentos de FRETE em um período diurno completo, este órgão deverá emitir a **ORDEM DE SERVIÇO (O.S)** com uma antecedência cabível, para a mesma se preparar para atender as solicitações conforme a demanda em questão. Tendo ciência disso, o prazo para a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO é do no MINIMO 48 (QUARENTA E OITO.) HORAS ÚTEIS DE ANTECEDÊNCIA**, a **O.S** será emitida pela Secretária de Obras Públicas, por Servidor devidamente destinado.
15. A execução de tapa-buraco, pavimentação e reperfilamento abrange toda a área urbana do Município de Itaperuçu e são ruas circunscritas exclusivamente dentro da área do Município.
16. Também serão executadas obras novas de pavimentação em acessos e pátios de estacionamento dos próprios do Município, bem como a impermeabilização de áreas para instalação de equipamentos urbanos.
17. É importante salientar que as pavimentações que serão programadas não terão a intenção de substituir obras de grande porte, e sim, resolver problemas de tráfego, de impermeabilização e de concordância de pequenos trechos sem pavimento, portanto, há o critério de imprevisibilidade quanto aos locais exatos da utilização.

18. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) *Aquisição de produto com emissão de ticket de balança na local de carga, com assinatura de recebimento por responsável designado e entregue no local da obra a ser aplicada conforme indicação da Secretaria de Obras Públicas.*

b) *A empresa vencedora do certame deverá fornecer planilha de elaboração de custos referente aos valores utilizados para a proposta final para atestar o valor praticado e assim necessário, caso haja futuramente, alguma alteração ou ajuste de valor.*

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1 Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste, sem prévia e expressa anuência da Administração.

2. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por si, seus sucessores, representantes e/ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

3. Fornecer e utilizar toda a competente, e indispensável mão-de-obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos da Lei 14.133/21, com as alterações dela decorrentes.

4. Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.

5. Comprovar a regularidade para com as obrigações decorrentes da prestação dos serviços, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas.

6. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato.

7. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

8. Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1. Proporcionar condições para a boa execução do contrato, fornecendo à contratada os elementos necessários à execução dos mesmos.
2. Remeter advertências à contratada, por escrito, quando a execução não estiver satisfatória.
3. Fiscalizar os serviços executados pela contratada, fazendo cumprir todas as cláusulas do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços ficarão a cargo do Departamento de Obras Públicas, podendo ser fiscalizada pelo Departamento de Engenharia quando solicitado pelo primeiro.
2. O departamento de Obras Públicas fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento se está sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento de Assessoria e Consultoria que, não forem considerados satisfatórios e determinar a licitante a substituição dos serviços ou correção de irregularidades.
3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133,2021

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO REAJUSTE:

1. Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses legais de admissibilidade de reajuste, previstos na Lei 14.133/21, com periodicidade mínima de 01 (um) ano utilizando para tal o "Membro" de Preços do Mercado (IPCA), publicado pelo IBGE,

Obs.: considerar até a 3ª (terceira) casa após a vírgula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: o reajuste incidirá após o prazo de 01 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta, mediante requerimento do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES, DO PROCESSO E FORMA DE APLICAÇÃO:

1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 156 da Lei 14.133/21, com as alterações dela decorrentes, obedecerá às normas estabelecidas neste contrato;
2. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.
3. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.
4. Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de três dias úteis apresentarem defesa.
5. Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.
6. Da decisão caberá recurso no prazo de três dias úteis.
7. Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:
 - e) Advertência.
 - f) Multa.
 - g) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.
 - h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

8. A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal (ais) do Contrato(s).

a. A multa prevista no item “b” será:

g) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença

h) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida

i) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida

j) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato;

k) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

l) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

m) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10. - As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

11 - Também ficam sujeitas às penalidades, as empresas ou profissionais que:

11.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

11.1 - Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

12 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente:

12.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

14 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos no artigo 137 previstas na Lei nº 14.133/21, com as alterações dela decorrentes.

2. Também poderá ocorrer a rescisão do Contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

3. A Administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

1.1 “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

1.2 **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

1.3 **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

1.4 **“prática coercitiva”**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

1.5 **“prática obstrutiva”**: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES E MULTAS:

1. Advertência

Aplicável nos casos de descumprimento de obrigações contratuais de natureza leve, que não causem prejuízo direto à execução do objeto contratado, como forma de notificação formal para correção imediata da irregularidade.

2. Multas

2.1. A contratada estará sujeita à aplicação das seguintes multas, conforme a gravidade da infração:

- **Multa moratória:** 0,5% (meio por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- **Multa compensatória:** 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada nos casos de inexecução total ou parcial da prestação de serviços, ou de rescisão contratual motivada por culpa da contratada.

2.2. As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à contratada ou cobradas judicialmente, se necessário. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não impede a adoção de outras sanções legais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

3. Outras Penalidades

3.1. Nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislações aplicáveis, poderão ainda ser aplicadas as seguintes sanções:

- **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos casos de descumprimento grave das obrigações assumidas ou prejuízo à Administração.
- **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

1. O presente Contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 14.133/2021 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.
2. Ficam fazendo parte integrante do presente Contrato o Edital de licitação e seus Anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.
3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
4. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o Foro da Comarca de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.
5. Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, com as alterações dela decorrentes; O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



6. Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Itaperuçu, __ de ____ de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito

EMPRESA CONTRATADA
Empresa Contratada

